



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 01 – Instituições e Poder: Parentesco e Genealogia

REDES DE PARENTESCO E REPRODUÇÃO DO PODER POLÍTICO: PAPEL
DAS MULHERES NAS DINÂMICAS FAMILIARES E PARTIDÁRIAS NA GUINÉ-
BISSAU

Autor ¹Daiana Fernando Mbunde

¹Doutoranda pelo programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestra pelo programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Email: daianadayafernandes93@gmail.com

INTRODUÇÃO

As relações de familismo e parentesco desempenharam um papel central na configuração histórica, política e democrática da sociedade guineense. Historicamente, a classe dominante híbrida consolidou seu poder por meio de redes familiares, alianças matrimoniais e transmissão de capital, social, político e simbólico entre gerações.

Nessa perspectiva, as mulheres assumem funções estratégicas na manutenção dessas redes, sendo essenciais para reprodução das alianças familiares que sustentam a hierarquia e o controle social. Visto que, a sua participação muitas das vezes recaem sobre laços de parentesco e obrigações matrimoniais, evidenciado como o poder político se atrela com a estrutura familiar, reforçando sentimentos de pertencimentos. Perante este fato, o trabalho investiga o papel social e político das mulheres na formação e reprodução dessas alianças no espaço de poder político na Guiné-Bissau, tendo como recorte as mulheres eleitas como deputados da Nação pela Assembleia Nacional Popular (ANP) 1973 até as últimas eleições de 2019.

Para essa análise, o método prosopográfico servirá de guia para compreensão de perfis individuais e coletivas dessas mulheres, assim analisando as suas trajetórias no campo político e social, também o uso de entrevista feita com mulheres de Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) reforça o nosso objeto de pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

A compreensão das relações de família e parentesco no campo político, ajuda a analisar o papel social e político das mulheres na formação e reprodução dessa aliança no espaço de poder desde o período da luta pela independência da Guiné-Bissau até dias atuais. Para tal análise, ressaltos os principais aspectos biográficos de suas trajetórias individuais e, quando for o caso, de familiares que fazem parte da formação da classe dominante híbrida que ocuparam e ainda estão no espaço de poder por serem antigos combatentes da liberdade da pátria guineense contra a colonização portuguesa.

A noção de classe dominante híbrida constitui uma chave analítica pertinente para a compreensão da configuração sociopolítica da Guiné-Bissau, na medida em que evidencia a articulação entre diferentes matrizes de poder historicamente constituídas. Trata-se de uma classe que não pode ser apreendida nem como estritamente tradicional, nem como plenamente moderna, mas como resultado de um processo de hibridação que combina heranças de autoridade baseadas em parentesco e linhagem, legados institucionais do período colonial e formas contemporâneas de inserção no aparelho estatal e nos circuitos econômicos. Nesse contexto, as redes de familismo e sociabilidade desempenham um papel estruturante na reprodução do poder, condicionando tanto o acesso quanto a permanência nas posições de prestígio político e econômico.

Ricardo Costa Oliveira, grande pesquisador de genealogia, relações de parentesco e familismo no Brasil, especialmente no estado do Paraná. Na sua carreira como sociólogo e pesquisador trás conceitos pertinentes sobre essas relações sociais que vai servir de esboço para compreender as relações de família e parentesco na Guiné-Bissau, pois compartilhamos de mesmas raízes históricas coloniais a “portuguesa” que deixou marcas e heranças que nos tornam um povo miscigenados. Para Costa Oliveira (2018) “a família como qualquer forma de reunião social em que exista um conjunto de relações pessoais, de relações sociais, de afeto, de afinidade e de relacionamento, sejam eles quais forem dentro de pacto social que estabeleça nessa própria unidade familiar”, mas o conceito é extremamente flexível como referimos nos parágrafos anteriores (OLIVEIRA, p.28).

O autor traz a concepção de família em diferentes campos e como ela se aplica. Assim a família constitui uns dos termos interpretativos mais relevantes para compreensão das dinâmicas sociais e políticas no Brasil. Afirmando que, longe de ser apenas um fenômeno privado, restrito e doméstico, as relações de família estruturam redes de poder que podem

atravessar a esfera doméstica para instituições estatais e moldam a reprodução da classe dominante híbrida.

No contexto brasileiro em específico, a família revela não apenas como laço afetivo ou biológico, mas como recurso político e social, fundamental para a manutenção de poder ao longo de gerações moldadas pela dominação de classe no poder político, social, cultural etc.

As obras do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), sob coordenação de Ricardo Costa de Oliveira, são pioneiras ao apresentar uma sociologia política das relações de parentesco, genealogia e poder, ressaltando a centralidade da família na formação do Estado Brasileiro contemporâneo.

De acordo com Oliveira (2012), ao entender essas relações de parentesco, propôs compreender a própria organização da classe dominante no Brasil. Ele aponta que os vínculos construídos do familismo não se limitam à esfera privada, mas constituem uma lógica de poder que se manifesta em diferentes escalas: municipal, estadual e nacional. Nesse âmbito, o parentesco funciona como “uma rede de reciprocidade e favores” que se sobrepõe às instituições e organiza o acesso a recursos políticos e econômicos (OLIVEIRA, 2012, p.45).

Dessa forma, buscamos compreender como as relações familiares tornam elementos-chave para compreender as estruturas de poder e como essa estrutura influencia a sociedade guineense na atualidade, compreendendo como os grupos étnicos influenciam diretamente carregando um poder simbólico que permeia todas as instâncias sociais, não só na esfera poder público, mas também consolidado como um potencial de conexão poder no setor privado.

Diferente do Brasil, na Guiné-Bissau, não basta só ser guineense, também tem que pertencer a uma etnia, o grupo étnico é de um valor tão simbólico que sobressai sobre o espírito de nacionalismo. Nesse sentido que algumas etnias carregam sobrenomes que só pertencem a essa etnia, nesse âmbito, para nossos estudos sobre relações familiares no campo político é necessário compreender quais etnias têm mais sobrenomes nessa esfera e porque ocupam mais esse espaço de disputa de poder, focando é fazer um estudo prosopográfico sobre mulheres eleitas deputadas de nação na Guiné-Bissau.

Ao analisar parentesco e rede política, reforça Oliveira (2001), é um estudo sobre uma ampla rede social e política de interesses, cujas os laços entre capitais políticos e sociais são associados e passados por gerações. Esse jogo se baseia entre as estratégias de investimento educacionais, matrimoniais de sucessão, nepotismo, clientelismo entre demais artimanhas para a manutenção do poder sobre classes dominados ou linhagens ou regulados caso de Bissau, isso mostra que mesmo no século XXI, “a família ainda importa” essas relações parentesco

continuam a ter papel relevante nas dinâmicas políticas e sociais. (OLIVEIRA, 2001; 2007; 2000).

As dinâmicas das relações de parentesco é um campo de estudos que oferece espaços de análise e leituras para compreender as lógicas do poder. Como afirma Oliveira (2012, p.13), “as redes familiares controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo como parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações”. Segundo o autor, não apenas o poder político é permeado pelas conexões familiares, mas também outras instâncias sociais, como a economia e os meios de comunicação. Nesse contexto, “a mídia, a intelectualidade, os jornalistas também formam grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização profissional e profissionalização” (OLIVEIRA, 2012, p.13).

Desse modo, o nepotismo, sustentado pela primazia da família nas instâncias de poder público, é uma estratégia de classes, marcada pelo favorecimento dos membros do círculo familiar. Como destaca o Oliveira (2012), a teoria do nepotismo deve ser entendida não apenas como uma prática que favorece as classes dominantes, mas como um mecanismo estruturante de reprodução do poder nas sociedades marcadas pelo familismo. Trata-se de um fenômeno que ultrapassa a esfera administrativa e se converte em uma lógica social e política mais ampla, na qual a família funciona como núcleo privilegiado de acesso, manutenção e legitimação de poder. Para Oliveira (2012), o termo familismo é um padrão estrutural de dominação em que o parentesco, os laços de sangue e o nome familiar se tornam formas de capital político, determinando o acesso às posições de poder e a reprodução das elites. Assim, o poder é herdado, transmitido e legitimado por meio de vínculos familiares. Assim, “as redes familiares controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações” (OLIVEIRA, 2012, p.13).

Nesse âmbito, o nepotismo pode ser entendido como uma racionalidade política que movimenta laços de parentesco às estratégias de dominação e de continuidade dessa classe. Para Oliveira (2012), essa prática não se resume a cargos ou funções concedidas a parentes próximos, ela representa uma forma de organização social que conecta redes familiares às estruturas do Estado, estabelecendo mecanismos de cooperação, lealdade e heranças políticas. Assim, o familismo e o nepotismo se entrelaçam como dimensões complementares.

Como essa rede de nepotismo, familismo e parentesco se conecta com esse trabalho? Questão que vamos responder trazendo análise da entrevista que fizemos na Guiné-Bissau com mulheres do Partido Africano Para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Com

objetivo de analisar aspectos biográficos da vida de algumas mulheres do PAIGC e dos vínculos com o processo histórico específico da Guiné-Bissau, viajei para meu país em 2022 para aplicar trabalho de campo, resultado de pesquisa de mestrado.

O método analítico, são conversas e entrevistas realizadas com elas, onde pode constar informações das suas histórias de vida e suas trajetórias na política depois da independência, a partir das entrevistas busquei explorar vínculos dessas mulheres com a movimento nacionalistas, experiências privadas que não se encontra disponível no manual político e as relações familiares em determinante do objeto da pesquisa em questão, assim, ressaltar locais de nascimentos, casamento, filhos, formações, viagens, origem e experiências educacionais, etc. vão aparecer nas histórias dessas mulheres motivos da inserção na luta, experiência dentro da luta, experiência no partido atualmente e relação de gênero no partido.

Todavia, o que eu proponho é um ponto de partida importante, pois estamos querendo denominar essas mulheres. Quem são essas mulheres encarregadas de representar a consciência coletiva, a que família elas pertencem? A família é um fator determinante na ascensão do poder político? Suas trajetórias políticas.

As literaturas sobre relações de família e parentesco na política no Brasil tem mostrado a centralidade dessa relação como recurso de acesso ao poder. A pesquisadora Mônica Helena Harrih Silva Goulart, em diferentes estudos, evidenciou os vínculos familiares, funcionando o parentesco como capital político que legitima suas candidaturas em contextos de sub-representação feminina.

Na perspectiva de Goulart e Oliveira (2012, p.13), “as redes familiares controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários sempre se renovando pelas gerações”. Essa lógica da hereditariedade política não se restringe a cargos ocupados por homens, mas se estende às mulheres, que em grande parte, ascendem ao espaço político a partir da transferência de capital simbólico e de redes de poder de suas famílias.

Aspecto importante dessa análise de estudos de biografias individuais e coletivas dessas mulheres elegidas pela ANP, ajuda a entender sobre relações de parentesco, para Mônica Goulart, o método nos dá oportunidade de ter acesso às informações das famílias, onde este elemento “indicará o mecanismo de relações e estratégias de parentesco para garantir a entrada, a permanência e ascensão do campo político (GOULART,2016, p.245).

Em busca de perfil parlamentar e trajetórias políticas individuais das deputadas da nação regidas pela Assembleia Nacional Popular ao longo de 52 anos da história da luta colonial, pós-

luta e abertura democrática. Em linhas gerais, o uso da prosopografia com método de análise, ajuda em arregaçar determinadas informações sobre o conjunto de autores sócias por via de biografias coletivas. Pode-se identificar a estrutura social e ao mesmo tempo em que se dá sentidos as ações desses indivíduos dentre essas relações sociais. (STONE, 2011).

Aspecto importante dessa análise de estudos de biografias individuais e coletivas dessas mulheres elegidas pela ANP². Ela decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado. Mônica Goulart, o método nos dá oportunidade de ter acesso às informações das famílias, onde este elemento “indicará o mecanismo de relações e estratégias de parentesco para garantir a entrada, a permanência e ascensão do campo político (GOULART, 2016, p.245).

Depois da independência da Guiné-Bissau, algumas famílias e sobrenomes estão cada vez mais notáveis na esfera política, ou seja, na ocupação de cargos eletivos, nas funções estatais e burocráticos do país. Essas famílias tradicionais foram instituídas nos espaços de poder desde a luta de libertação nacional contra a colonização e se renovam com alianças de casamentos e herdeiros. Desta forma, a devoção e a responsabilidade atribuídas às mulheres com objetivo de manter essa aliança tradicional, as colocam como peças fundamentais desse jogo que envolvem poder, hierarquia, capitais social, econômico e sentimentos de pertencimento.

Para Oliveira (2012.p 13), que fez estudos sobre rede de parentesco na política brasileira em especial paranaense, afirma que, a família ainda é de grande importância na esfera política, porque as redes familiares controlam partidos políticos, no caso da Guiné-Bissau existem partidos que foram fundadas pelo grupo familiar, esses indivíduos também controlam o centro executivo e legislativos através da aliança matrimonial, hereditários e sempre renovando pelas gerações. Ainda reforça Oliveira, que as relações de parentesco se tornaram instrumento eficaz para manutenção do poder político, na maioria de caso esses grupos familiares criam uma rede de proteção entre si através de estabelecimentos de capitais (social e econômica).

Primeiro perfil analisado é da Carmem Maria de Araújo Pereira, compreender a sua trajetória na política guineense, nos mostra essa dimensão de relação de família na política.

Carmen Maria de Araújo Pereira, nascida em 22 de setembro de 1936, Líder nacionalista da Guiné-Bissau, presidente interina por dois dias em 1984. Filha de um advogado, assim como

² Assembleia Nacional Popular é o supremo órgão legislativo e de fiscalização política representativo de todos os cidadãos guineenses.

as outras três irmãs frequentou a escola até a quarta série. Casou-se e teve três filhos, dois meninos e uma menina. Seu marido entrou para o movimento de libertação, fato que ela descobriu por acaso. Porém, seguiu seu exemplo e tornou-se ativa também no Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde, PAIGC em 1962.

De acordo com Candé Monteiro (2013), aos vinte e um anos Carmen foi para o exílio no Senegal junto com seus filhos, o mais novo não havia completado um ano. Ela conheceu Amílcar Cabral e foi encorajada por ele a dedicar-se em tempo integral ao movimento de libertação. Em 1963 foi para a União Soviética estudar enfermagem, retornou ao país em 1965, quando foi enviada ao interior, onde tornou-se responsável pelos assuntos de saúde e construiu o primeiro hospital nas zonas libertadas.

No ano de 1967 Carmen Pereira foi nomeada pelo comitê executivo do PAIGC como comissária política da região sul. Tornou-se líder destacada da luta de libertação, tanto que os portugueses bombardearam áreas em que acreditavam que ela estivesse vivendo e anunciaram recompensa por sua cabeça, mas ela continuou lutando e nunca foi presa.

De acordo com Candé Monteiro (2013), após a Independência, continuou a exercer grande influência na vida política do país, foi eleita deputada em 1973/ 1977, reeleita 1977/1984 assim consequentemente escolhida em 1984 a 1989. Era a única mulher no comitê executivo do PAIGC e a principal liderança da Comissão de Mulheres da Guiné Bissau e Cabo Verde (1975-1981). Foi eleita vice presidenta da Assembleia Nacional Popular (1973-1984) e a presidiu de 1984 a 1989, quando deixou a posição para tornar-se membro do Conselho de Estado. Em maio de 1984 foi a chefe executiva do governo por dois dias. Ela foi Ministra da Saúde e Serviço Social (1981-1983) e Ministra de Estado (1991-1992).

Entre sobrenomes que destacam na política guineense, podem-se encontrar a família Cabral que naturalmente se encontra na construção histórica do país, tendo mulheres como principais alicerces para a configuração dos sobrenomes no espaço de poder. Portanto, essa análise de relações de parentesco no espaço público é um instrumento eficaz para manutenção desse poder através de rede de proteção e a mulher é responsável pela manutenção desse poder através de reprodução.

Exemplo da Ana Maria Cabral Nascida em 1941 em Guiné-Bissau, viveu em Angola até 1955. Em 1963 inscreveu-se no PAIGC, depois ganhou a bolsa de estudos que possibilitou a sua formação em filosofia, foi presidente da Fundação Amílcar Cabral criada em 1984, Deputada em 1973/1977, também foi de 1977/1984. Esse dado sobre o parentesco da Ana Maria

Cabral foi conseguido de forma impressa na Fundação Cabral pelo meu tio, membro do partido PAIGC.

Sobre a relação de parentesco da Ana, o seu marido Amílcar Lopes Cabral foi fundador do Partido PAIGC, Líder de luta de libertação nacional da Guiné-Bissau o seu cunhado Luís Severino de Almeida Cabral foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau assim ocupando o cargo de 1973 a 1980.

Enteada Iva Cabral é uma cientista social que inspira gerações de académicos, gestores e ativistas. É Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e doutorada pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) com a tese “A Primeira Elite Colonial do Atlântico (Século XV-XVIII)”. Integrou como historiadora e investigadora o projeto «Salvaguarda do Património Histórico da África Contemporânea: O caso da luta de libertação nacional Guiné-Bissau e Cabo Verde» e o projeto da «História Geral de Cabo Verde». Exerceu a docência de História na Universidade de Cabo Verde.

Foi membro do Conselho da Administração do Instituto de África Ocidental e Reitora da Universidade Lusófona de Cabo Verde. É membro do Conselho de Administração da Fundação Amílcar Cabral (FAC) e Cabo Verde, importante instituição que alberga o legado de Amílcar Cabral. Filha do Pai da Nação. Ressaltando que, tanto a família Cabral como Pereira fazem parte da construção histórica da Guiné-Bissau.

Outro sobrenome que se destaca nas eleições legislativas de 1977 a 1984 é Pereira, nesse caso A Francisca Pereira. De acordo com a entrevista que fizemos com a interlocutora Francisca Lucas Pereira Gomes, nascida na região de Bolama Bijagós em 1942, a sua família é originária de Bolama e Cacheu aos 17 anos, Francisca se juntou ao movimento de Libertação da Guiné-Bissau contra a colonização portuguesa, mais tarde tornou-se membro do partido PAIGC trabalhando como secretária do Partido na Guiné Conakry.

Em 1965, com apenas os estudos secundários, foi enviada para Kiev na Ex –URSS para cursar técnica de enfermagem, dois anos mais tarde, em 1967, Francisca assume o cargo de vice-diretora da escola Piloto em Conakry, um centro de formação criado pelas forças independentistas para acolher órfãos e refugiados da guerra na Guiné-Bissau, algum tempo depois é enviada para os territórios conquistados as forças colônias portuguesa. Durante alguns meses trabalhou como enfermeira no hospital do PAIGC em Ziguinchor no Senegal.

Entre 1970 e 1975, representou a ala feminina do PAIG em várias conferências, nomeadamente com a filósofa Ângela Davis que foi ativista dos Black Panthers. Após a

independência da Guiné-Bissau, obtida em 1974, desempenhou vários cargos políticos. Em 1977 foi a única representante feminina em assuntos do Governo. Preside a câmara de Bolama a cidade em que nasceu, e de 1981 a 1988 foi presidente da União Democrática das mulheres da Guiné-Bissau (UDEMU).

Entre 1990 e 1994 foi ministra da mulher e da criança. Entretanto, em 1991 depois da abertura democrática Francisca foi ministra do interior, mas é obrigada a abdicar devido a uma rebelião militar que culmina numa guerra civil. Já em 2000 a 2002 ela foi nomeada Ministra de Estado encarregada dos assuntos políticos e da diplomacia. Sobre a relação de parentesco de Francisca Lucas Pereira Gomes, esposa de Liberato Gomes, Ex-chefe de Protocolo da Presidência da era de Luís Cabral, PAIGC. Filha Djamila Gomes tornou-se administradora de Gabu, PAIGC, seu primo Tomás Barbosa Pereira foi ministro das Pescas, PAIGC, também outro primo Teobaldo Barbosa Pereira, Ex-ministro da função Pública que também foi presidente do PAIGC.

No trabalho do campo desenvolvido em Bissau, questionadas sobre ter famílias num determinado espaço de poder, as interlocutoras não percebem isso como um problema, mas sim algo a vangloriar, “meu marido é ministro graças a Deus, meu filho também é deputado, meu pai é grande combatente da liberdade de pátria motivo por ter entrado na fileira da luta, meu sobrinho disse que quando crescer vai entrar no partido, (motivo de orgulho)” assim foram falas das mulheres que tive oportunidade de entrevistar.

Na terceira legislatura, de 1984 a 1989, alguns nomes também marcam destaques, a Francisca Vaz, Carmem Pereira foi reeleita, Francisca Lucas Pereira também foi reeleita e Satú Camará.

Em relação a participação familiar na política guineense, Carlos Pereira reforça que, existem mulheres que se tornaram influentes no período colonial por serem luso-africana e se apoderaram de capital econômica do país fazendo comércio em rios Gâmbia e Serra Leoa nos anos 1670 e 1680, o caso foi da “Bibiana Vaz, e Mãe Aurélia Correia” essas mulheres pertenciam famílias tinham destacado socialmente na época como assimiladas reforça Carlos Pereira, Família Alvarenga, Vaz, Barreto e Nosolines (PEREIRA,2003 p.15).

Atualmente, podemos encontrar esses sobrenomes ocupando lugares de destaque na política. Caso da Francisca Maria Monteiro e Silva Váz Turpin que se uniu à família Turpin por vias matrimoniais, mas a sua família já fazia parte da classe dominante tradicional, essa união reforça a sua permanência no poder.

De acordo com dados fornecidos pela biográfica das mulheres africanas (2012), Francisca Maria Monteiro da Silva Vaz Turpin, apelidada de Zinha Vaz, nascida em Bissau a 04 de outubro de 1952. Em 1972-1975- Fez curso superior de Ciências Educativas de Magistério Primária. 1980-1984 cursou Sociologia no Instituto Superior de Ciências e trabalho empresas Lisboa I.S.C.T.E. 1990-1993 fez Formação de Formadores de Administração Pública - Brasil - São Paulo, Fundação de Desenvolvimento Administrativo.

Zinha Vaz em 1969-1970 foi funcionária da Inspeção do Comércio Bancário em Bissau. 1971-1972 Escriturária nas Oficinas Navais – S.A.O. em Bissau 1975-1977 Professora Eventual do Ensino Primário, Escola D. Manuel I e Ensino Noturno, na escola Teixeira Pinto em Bissau. Professora Efetiva do Ensino Primário e Coordenadora na área de Psicopedagogia, nos cursos de Monitores Escolares em Bissau. 1980-1984 Diretora do Externato Paços da Rainha e Professora do Ensino Básico, em Portugal.

Diretora do Externato D. Nuno Álvares Pereira, Almada – Portugal. 1985-1990 Tesoureira na Empresa petrolífera, Dicol LDA, em Bissau. Chefe da Seção de Pessoal na Empresa de Combustível e Lubrificantes da Guiné-Bissau, LDA - Dicol LDA, Bissau. Diretora Administrativa da Empresa de Combustíveis e Lubrificantes da Guiné-Bissau, LDA - Dicol. 1992-2002 Presidente da Associação das Mulheres de Atividade Económica da Guiné-Bissau – AMAE. Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Poupança e Crédito “BAMBARAM. 1992 Membro Efetiva da Associação das Mulheres Afro-americanas e Africanas, eleita no A.A.I. Em New York – Estados Unidos da América. 1993 membro fundadora da AFAO - Associação das Mulheres da África Ocidental. (ANP, 2004) Em 1994-1999 Zinha Vaz foi deputada da Nação pelo Círculo 24 no Sector Autónomo de Bissau e membro da comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular. Secretária Nacional da Comissão Ad-hoc da Mulher e Criança. Membro da Comissão de Boa Vontade da ANP 1999 Presidente da câmara Municipal de Bissau 2000 Reeleita deputada da Nação para o Círculo 06 Região de Oio e Farim, 2000 Ministra de Estado, Conselheira para os Assuntos Políticos e Diplomáticos do Presidente da República – fevereiro 2000 a fevereiro 2001. Consultante em várias Organizações da Sociedade Civil na matéria de Género.

Sobre a relação de parentesco, podemos ver que a Francisca Vaz, Turpin, é a filha de João Vaz que participou diretamente na luta de libertação nacional pelo partido PAIGC, o seu marido Joseph Turpin foi nomeado ministro em 1994 pelo PAIGC, o seu irmão Fernando Vaz- (Secretário de Estado dos Transportes) e o seu primo Herder Lopes Vaz- (Ministro da economia e desenvolvimento regional, o cunhado é Elséé Turpin grande líder e uns dos fundadores do

Partido PAIGC, cunhada Cati Turpin umas das fundadoras da UDEMU e membro do Partido PAIGC.

A família Turpin e Família Vaz criaram laços matrimoniais durante anos formando uma aliança na esfera política. Atualmente a Francisca se separou com Joseph, mas o sobrenome se manteve como uma forma de identificação. No que diz respeito à esfera da família, o casamento se mostra como ponto chave para garantir a “força e a longa duração do sobrenome no campo político, uma vez que ordena a regularidade nas escolhas matrimoniais e define a identidade do grupo (CANÊDO,2011, p.67).

Nas eleições legislativas de 2000 a 2004 outra figura se destaca com sobrenome carregado de capital, na figura de Satú Camará Pinto, que seguindo a sua trajetória como deputada da Assembleia Nacional Popular, vai ser eleita várias vezes.

De acordo com estudos sobre biografias das mulheres africanas feitas na Universidade UFRGS, Adja Satu Camará Pintu, filha de Mamadu Camará e de Mariama Sambú, nasceu na Aldeia de N’Tuhana, Sector de Buba, Região de Quinara. Sob a influência de seu pai, ativista, integrou nas fileiras do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e da luta de libertação nacional em 1962. Durante a guerra de libertação, Adja Pinto seguiu uma preparação militar em Gana (1964) e um curso de enfermagem. Depois do treinamento, foi responsável de saúde: da frente Leste (1965-1967); em Koundara na Guiné-Conakry em colaboração com o escritório do PAIGC (1967-1968) em Quitafine na frente Sud (1968-1969; 1970-1971). Também foi nomeada coordenadora de internato do Instituto da Amizade (Titina Silá) em Campada (1969-1970) e empregada no hospital da zona 7 (1972-1974).

Em 1974, após a proclamação da Independência da República da Guiné-Bissau, foi nomeada Chefe de serviço de saúde do hospital Bafatá durante muitos anos. Aos poucos, passou a exercer grande influência na vida política do país. Foi sucessivamente governadora da região de Bafatá (1985-1990), de Cacheu (1990) e de Gabú (1997-1999). Foi deputada da nação na primeira legislatura multipartidária (1994-1999) e foi eleita primeira vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (2004-2008). Adja Satú Camará Pinto entrou no governo pela primeira e única vez como Ministra do Interior de 2009 a 2010 antes de ser nomeada Chefe da Casa Civil do Presidente da República – Malam Bacai « Mambas » Sanhá em 2010.

Em 2016, Adjá Pinto deixou o PAIGC. No ano seguinte, em 2017, foi a primeira mulher Bissau-guineense a obter o grau de General. Juntou-se ao Movimento de alternância democrática-Grupo 15 em 2018, com o qual foi eleita segunda vice-presidente da Assembleia

Nacional Popular (2019). Em 2020 foi nomeada quarta vice-Presidente da Mesa Parlamento da CEDEAO (2020).

A trajetória política da Adjá Satu Camará mostra o outro lado da inclusão das mulheres na política através da influência do movimento da luta de libertação nacional. Desde já que o seu pai Mamadu Camará foi antigo combatente da liberdade de pátria.

Finalizando esse capítulo, é possível afirmar que as experiências biográficas analisadas apontam para alguns pontos em comuns, como o fato de pertencerem à mesma organização, e partilharem a mesma ideologia partidária, terem família na que participaram direto nesse processo da luta. É importante realçar que além dessas mulheres serem urbanas, escolarizadas, pertencentes a uma organização específica de mulheres e, por último, politizadas num certo sentido, torna-as pertencentes a uma categoria específica e singular de mulheres de PAIGC, como afirmado anteriormente no primeiro capítulo, este trabalho não está dando conta das trajetórias ou experiências biográficas de vida de todas as mulheres guineenses, portanto algumas afirmações/conclusões diz respeito a um grupo específico.

CONCLUSÃO

A relação de família/parentesco são fatos notórios no processo da emancipação da Guiné-Bissau contra o domínio da colonização portuguesa, evidenciado pela participação das crianças na luta de libertação nacional com incentivos dos pais, das mulheres que seguiam os seus maridos nesse processo. Posteriormente essas relações se fortificou com a implementação da democracia no país, manifestando-se atualmente nos espaços institucionais através da (partidos, políticos, legislativos e presidências) para consolidação desse poder as alianças são mantidas por vias matrimoniais e renovadas por herdeiros que vão estabelecendo a classe dominante tradicional no poder, classe que nasceu no período da colonização e hoje se predomina pelos filhos e filhas, esposas, primos primas tios e tias dos antigos combatentes.

Conclui-se que os relatos das trajetórias individuais das minhas interlocutoras foram igualmente essenciais para compreensão da construção da vida política de cada mulher entrevistada. Suas trajetórias de vida são mais que construção individuais e familiares, são também projeto político e educacional de uma nação. O capital cultural, econômico e cultural da família influencia nas trajetórias individuais e nacionalistas. Perante o fato mostrando afirmamos a nossa hipótese a relação de parentesco importa para manutenção de poder.

REFERÊNCIAS

CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: A Luta da Libertação Nacional e o Projeto de Construção do Estado Guineense**. In: Salvador 2013.

CANÊGO, Letícia Bicalho. **Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política**. Campinas, Sp, V.13, p 169-198.2002-

GOULART, Mônica Helena Goulart. **Família e política: repensando relações**. In: **Família Importa e Explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. Editora LiberArs, 2018.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. (2015), **Entre Famílias e Secretarias: análise do arranjo político administrativo do Paraná (1889-1930)**. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). **Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 247-300.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **As mulheres na ALEP: Uma abordagem prosopográfica**. 2. ed. Curitiba:

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Ed. Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (Orgs.). **Família, Política e Etnicidade**. São Paulo: LiberArs, 2020. 399.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Família, poder e riqueza: Redes Políticas no Paraná em 2007**. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169, 2007.

PEREIRA, Aristides. **Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau- Cabo Verde**. Lisboa: Notícias. 2003.